



**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ - RJ**

**Edital de Concorrência Pública nº 02/2023**

**UP SOLUÇÕES LTDA. - ME**, licitante já qualificada neste certame, inscrita no CNPJ sob o nº 08.723.878/0001-67, com endereço nesta cidade na Avenida Franklin Roosevelt, nº 23, sala 305, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20.021-120, vem, através da presente, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto por **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.958.504/0001-07, sediada na Rua Desembargador Alfredo de Albuquerque, nº 200, Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.330-250, conforme fatos e fundamentos que a seguir expõe:

1. O Edital de Concorrência Pública nº 02/2023 tem como objeto a "*a contratação de prestação de serviço de produção audiovisual, para a execução de programas jornalísticos e culturais serem veiculados em plataformas de vídeo, canais de televisão ou mídias sociais para a Prefeitura de Maricá*".
2. A modalidade escolhida foi a Concorrência Pública, sob o regime de empreitada por preço unitário, sendo julgada pelo critério "*Técnica e Preço*".
3. O valor orçado para a realização do projeto é de R\$ 3.353.975,62 (três milhões trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).
4. Ultrapassada a fase de habilitação e concluída a análise das propostas técnicas, iniciou-se o julgamento das propostas de preço, cujas notas foram assim distribuídas:

EMPRESA	VALOR	NOTA
Lira Filmes Produções Ltda.	R\$ 3.174.136,08	85
Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual em Saúde, Saneamento e Meio Ambiente Ltda - COOPAS	R\$ 4.416.260,00	61
Parteners Comunicação Integrada Ltda.	R\$ 2.850.879,28	94
UP Soluções Ltda.	R\$ 2.683.180,50	100

5. Ocorre que a empresa Partners apresentou recurso administrativo buscando a desclassificação da COOPAS e da empresa Lira Filmes.
6. Por este motivo, a empresa UP vem apresentar suas contrarrazões, pelos fatos e fundamentos que serão adiante demonstrados.
7. Inicialmente, assiste razão à empresa Partners, que apresentou recurso claro, direto e muito bem fundamentado, pugnando pela devida desclassificação da COOPAS e da empresa Lira Filmes.
8. Analisando a proposta de preço da empresa Lira Filmes, verifica-se que, de fato, a licitante apresentou o valor unitário do item 5 acima do permitido pelo Edital do certame.
9. Tal fato, inclusive, foi reconhecido pela Vice-Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sra. Thatia Correa Schmildt, que consignou tal informação em ata.
10. Em casos como este, ainda que o preço global seja o referencial adotado para julgamento, deve a licitada desclassificar a empresa Lira Filmes, uma vez que apresentou proposta que com oferta de preços unitários superiores aos limitados pela Administração.
11. Nos termos do artigo 40, X da Lei 8.666/1993, é critério de avaliação os preços máximos unitários previstos no edital do certame, veja-se:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

X - **o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global**, conforme o caso, **permitida a fixação de preços máximos** e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

12. Portanto, em defesa ao princípio da legalidade e da eficiência, uma vez que a referida empresa apresenta preço unitário maior que o limitado pela Administração, esta deve ser desclassificada do certame.
13. Observa-se que **esta é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que, em outra oportunidade, decidiu pela legalidade do procedimento que desclassificou licitante que descumpriu exigência editalícia quanto ao preço máximo unitário**, veja-se:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREÇO MÁXIMO. UNITÁRIO. DESCLASSIFICAÇÃO.

**1. Legalidade da desclassificação de licitante que descumprir exigência editalícia quanto ao preço máximo unitário.**

Inteligência do artigo 50, X, da Lei de Licitações.

2. Recurso especial provido.

(REsp n. 651.395/SC, relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 18/5/2006, DJ de 30/5/2006, p. 136.)

14. Assim, a manutenção da Lira Filmes no certame se mostra posicionamento contrário ao que dispõe o edital do certame, a Lei 8.666/1993 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

15. Analisando a proposta de preço da empresa COOPAS, verifica-se que esta ofertou valor global que excede em muito o limite previsto no edital do certame.

16. Tal fato, inclusive, também foi reconhecido pela Vice-Presidente da Comissão Permanente de Licitação desta Municipalidade, Sra. Thatia Correa Schmildt, que consignou tal informação em ata.

17. Ora, a partir do momento em que a Administração insere no edital como critério de aceitabilidade de propostas o valor máximo orçado, este funciona como vetor de desclassificação de propostas, portanto, qualquer proposta que possua valor acima do previamente estipulado, deve ser desclassificada automaticamente.

18. Analisando o Edital do certame, vê-se que o valor teto fixado pela Municipalidade através da cláusula 6.2 do instrumento convocatório foi de R\$ 3.353.975,62 (três milhões trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

19. No entanto, a COOPAS apresentou proposta orçamentária cujo valor global corresponde a R\$4.416.260,00 (quatro milhões quatrocentos e dezesseis mil duzentos e sessenta reais), ou seja, mais de 30% acima do valor estimado pelo Edital.

20. Vê-se que o recurso da empresa Partners é embasado em fundamentos pertinentes, recentes e perfeitamente aplicáveis ao caso. Qualquer posicionamento contrário poderá implicar em eventual responsabilidade pessoal.

21. Deve, ainda, esta comissão se atentar para os precedentes citados pela recorrente que mui bem expressam a orientação dos Tribunais Controladores, que, aliado aos precedentes expostos pela empresa UP em seu recurso, que demonstram a orientação das Cortes Superiores na esfera judicial, evidenciam que todo o ordenamento jurídico e administrativo pátrio caminha no sentido de eliminar empresa que apresenta valor maior que o disposto no Edital.

22. Portanto, uma vez que a COOPAS apresentou proposta de preço com valor global superior ao limite definido pelo instrumento convocatório, deve esta licitante ser desclassificada, nos termos da norma legal supracitada.

23. Sendo assim, pugna-se pelo recebimento do recurso da empresa Partners e seu provimento, com a consequente desclassificação das empresas Lira Filmes e COOPAS.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2023.

---

**UP SOLUÇÕES LTDA. - ME**